

## Editorial

A educação pré-escolar destina-se a crianças entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico, conforme estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) e na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97).

Apesar de uma lenta evolução, tem-se vindo a assistir a um quadro de expansão da educação pré-escolar, sobretudo a partir da Revolução de Abril de 1974. É precisamente com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo que a educação pré-escolar encontra o seu lugar no sistema educativo e é, a partir daí, que se determina a dinâmica evolutiva a que assistimos nos finais do século XX, sobretudo ao nível do seu sentido educativo, ao nível da criação de um maior número de instituições educativas e também ao nível da consequente preocupação com a sua qualidade e efeitos positivos na formação de uma criança cidadã e competente – o que não passa pela antecipação da escolaridade, mas sim pela assunção de pedagogias da infância em que o desenvolvimento global e o “brincar” adquirem um valor significativo e a prosseguir.

A educação pré-escolar é hoje considerada um pleno direito de todas as crianças, apesar de a sua frequência não ter um carácter obrigatório, que não lhe foi atribuído pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 nem pela legislação mais recente.

Página | 3

Em 2016, assinalaram-se, por todo o país, os 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo e, em 2017, assinalaram-se os 20 anos da publicação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/97, que decorre no âmbito do Plano de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (Decreto-Lei n.º 147/97). Assinalaram-se, igualmente, os 20 anos sobre a publicação das primeiras Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

A Lei Quadro consagrou a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica, no processo de educação ao longo da vida, conferindo-lhe o estatuto de complementaridade da ação educativa da família, na formação e no desenvolvimento equilibrado da criança e na sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário. Concomitantemente, determinou a generalização territorial da educação pré-escolar pelos centros com maior densidade populacional, mas também pelo meio rural do interior do país, o que constituiu um dos maiores ganhos para as crianças e para as famílias portuguesas, vindo-se a assegurar a sua generalização a todas as crianças dos três aos cinco anos de idade, como é demonstrado pelas estatísticas do Ministério da Educação e pela universalização da frequência para crianças com cinco anos (Lei n.º 85/2009) e com quatro anos de idade (Lei

n.º 65/2015), apesar de ainda ficar bastante trabalho a fazer nesta matéria, relativo às crianças de três anos e às da faixa etária dos zero aos três.

Neste período excepcional da expansão da educação pré-escolar, foram igualmente publicados o Despacho n.º 5520/97 e o Despacho n.º 9180/2016, que dizem respeito à homologação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e à sua generalização pelas instituições educativas, que passaram a ser tuteladas pedagogicamente pelo Ministério da Educação, forçando a garantia da sua referência na organização das práticas educativas e da qualidade dos contextos de educação de infância, numa perspetiva de equidade.

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, de alicerces socioconstrutivos, consideram que as práticas educativas a desenvolver nos jardins de infância devem focar-se na criança e no seu desenvolvimento global e integral, preparando-a para os desafios da integração na sociedade e para o sucesso educativo futuro, sendo um forte apoio à construção e à gestão do currículo no jardim de infância, da responsabilidade de cada educador/a de infância.

É neste contexto que apresentamos o presente número da revista *Aprender*, intitulado “*Educação pré-escolar. Abordagens plurais*”, que inclui contributos de autores/as nacionais e internacionais relevantes para uma reflexão abrangente em torno da criança, da infância e das respostas educativo-pedagógicas que lhe são oferecidas.

Página | 4

Assim, o primeiro artigo, da autoria de Amélia Marchão e Helder Henriques, intitulado “A Criança. Uma reflexão a partir das atuais Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar”, visa compreender, através de um processo reflexivo, o lugar da criança na sociedade portuguesa, utilizando, para o efeito, um conjunto de documentos orientadores que assumem a criança como uma cidadã com agência.

No segundo artigo, assinado por Clara Rosário e Rosa Santos, “Pedagogia-em-participação em creche e jardim-de-infância no Centro Infantil Olivais Sul”, as autoras assumem uma orientação pedagógica específica – a pedagogia-em-participação – e analisam diversos aspetos relacionados com a intencionalidade e a organização do ambiente educativo devidamente enquadrado pelas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

Do outro lado do Atlântico, chegou-nos um artigo de Virgínia Louzada, cujo título é “Educação infantil no Rio de Janeiro: novos rumos, velhas ideias”. A autora centra-se na realidade do Rio de Janeiro (Brasil) e debate a gestão municipal e a implementação de políticas educativas no âmbito da educação infantil, criticando a utilização da educação dos mais novos como etapa preparatória para o ensino fundamental.

Susana Maia Porto contribui neste número com um artigo intitulado “A Educação Artística no universo infantil: ser feliz, aprender e brincar com arte!”. Convidando à reflexão sobre as

Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar no domínio da educação artística, a autora convoca a importância da exploração/experimentação e da criação para as aprendizagens das crianças mais novas.

Teresa Mendes e Graça Cebola apresentam um artigo intitulado “A Literatura Infantil e a Matemática na Educação Pré-Escolar: uma relação (im)provável?”. Nele as autoras procuram demonstrar as potencialidades das relações que se podem estabelecer entre a literatura infantil e o desenvolvimento de diversos processos matemáticos.

Fernando Rebola e Francisco Cid relacionam a educação pré-escolar com o desenvolvimento de atividades científicas, através das ciências naturais, enquadradas na área do conhecimento do mundo. O seu texto intitula-se “A criança, a ciência e o conhecimento do mundo”.

Miguel Castro apresenta um artigo intitulado “Pensamento crítico, cidadania e paisagem: uma experiência no pré-escolar” e defende uma postura crítica das crianças mais novas no processo de interpretação da paisagem, refletindo sobre a importância do desenvolvimento de noções de espaço na idade pré-escolar.

O conjunto dos artigos é encerrado pela investigação de Sirleine Brandão de Souza com uma abordagem relacionada com a política educativa brasileira, no campo específico da educação especial. A autora tenta, através de fontes legais e outros tipos de documentação, mostrar a polissemia de alguns dos documentos utilizados e evidenciar alguns dos debates ideológicos no Brasil, neste campo particular, o que expõe no artigo “A política brasileira para a Educação Especial: Algumas contribuições”.

Este número da revista *Aprender* é encerrado com uma secção de *posters* elaborados por docentes, educadoras de infância e estudantes do mestrado em Educação Pré-Escolar da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, apresentados anteriormente num evento científico organizado na mesma escola.

Amélia Marchão

Helder Henriques

Susana Porto

Teresa Mendes